

Crescimento de cinco por cento para o Produto Interno Bruto, inflação em torno dos setenta por cento baixando para uma média mensal entre 3,5 e quatro por cento, mais de dez bilhões de dólares de **deficit** em contas correntes. Essas as previsões da assessoria econômica do Ministro do Planejamento para 1982.

Para que elas se cumpram, a Secretaria do Planejamento conta com certa ajuda externa. O **deficit** de dez bilhões de dólares em contas correntes, por exemplo, é uma previsão reconhecidamente otimista, talvez otimista até demais. Para se chegar a ela, um dos componentes de cálculo é uma estimativa de quinze por cento para a taxa média anual dos juros no mercado internacional.

Essa ajuda de fora, porém, pode vir mesmo. Os juros estão caindo, embora pouco. Dos 20,5 por cento a que chegava há alguns meses, a **prime rate** está agora a dezessete por cento, e alguns dos principais bancos norte-americanos já admitiram nova redução de meio ponto. E essa variável é extremamente importante. Além de condicionar a taxa interna de juros e de afetar as exportações brasileiras, cada ponto percentual de aumento custa ao endividado Brasil entre 400 e 450 milhões de dólares.

"Em 1981 sofremos todos os esforços adversos da alta de juros; não dava para conviver com uma taxa tão elevada lá fora" — diz o Chefe da Assessoria Econômica de Delfim, Akihiro Ikeda. Para ele, mesmo se a taxa se mantiver nos níveis atuais, já será possível pensar em crescimento econômico e em melhorar o balanço de pagamentos. Nesse sentido — e embora possa haver percalços — o crescimento de cinco por cento para o PIB acompanha a queda da inflação, o aumento do **superavit** da balança comercial e o declínio do **deficit** em conta corrente ao longo de 1982.

Um **deficit** como esse, mesmo segundo os cálculos mais otimistas, continuará pressionando para cima a dívida externa. Em outras palavras, a dívida externa continuará a crescer. O problema, para as previsões, é apenas de ritmo. Persistindo-se na política atual — e tendo-se ajuda da taxa externa de juros —, pode-se pensar a médio prazo em fazer cair o **deficit** em contas correntes para um percentual razoável do Produto Interno Bruto, algo entre 1,5 e 2,5 por cento, quando hoje está em 3,5 por cento.

Não se acredita, no entanto, em um declínio maior da inflação. A boa aposta para 82 estará entre setenta e oitenta por cento. É isso acontece mesmo estando contornadas quase todas as principais causas da inflação, apontadas já há uns dois anos. Entre elas estão o **deficit** do setor público, o aumento dos preços externos — em especial o do petróleo —, a escassez de alimentos, a política monetária que ratificava os aumentos, a política salarial.

A escassez de alimentos foi contornada, embora ao custo de uma expansão do **deficit** do Governo. Os pre-

ços externos igualmente se estabilizaram, com exceção dos juros. O **deficit** ainda existe e não é pequeno, mas, de acordo com a Secretaria do Planejamento, mostra tendência para declinar, uma vez que seus principais estímulos, o aumento dos subsídios e o des controle das estatais, estão aos poucos sendo contidos. A política monetária foi drasticamente alterada, e hoje é restritiva, visando, aliás, mais ao controle do balanço de pagamentos que o combate à inflação.

Apesar de tudo isso a inflação não cairá mais rápido. Para isso contribuem alguns imprevistos, de que o melhor exemplo é mais uma vez o rombo da Previdência. De alguma forma, ele precisará ser coberto, e, vindo essa cobertura dos cofres públicos, se estará empurrando para cima o **deficit** governamental. E, ainda por cima, a própria inflação traz em si, embutidas, as sementes de sua manutenção.

Não se trata aí apenas do chamado **fator psicológico**, da expectativa individual de continuidade da inflação, de descrença no seu declínio. Há, isto sim, condicionantes econômicas, com relevo especial para as taxas de juros e a política salarial. Uma empresa que empine hoje seu papagaio pagará por ele juros pré-fixados de 140 por cento ao ano, assim como reajustará os salários numa base de 37 a quarenta por cento no semestre. Se a inflação ficar muito abaixo disso, se não puder cobrar em seus produtos um reajuste comparável a esse, a empresa quebra. Como, aliás, quebra também a Receita Federal, que arrecadará menos do que o necessário para financiar os programas governamentais elaborados com base em uma inflação prevista de 75 por cento.

O que se pode esperar, em termos de quebra na inflação, está portanto em um índice de setenta por cento, provavelmente um pouco mais. A taxa mensal, que chegou à média de seis por cento durante o primeiro semestre, alcança agora cerca de cinco por cento. Deverá declinar durante o ano que vem e, segundo calcula a **Seplan**, 82 poderá terminar com uns 3,5 a quatro por cento. Para se ter uma idéia, a manutenção de uma taxa de cinco por cento durante doze meses implica um índice de oitenta por cento; de quatro por cento, sessenta por cento em um ano.

Índice como esses — em especial a queda dos juros externos — permitem pensar-se em uma retomada no crescimento. Principalmente se forem cumpridas as previsões de saldos crescentes na balança comercial. Já se pode pensar, também, em aumentar um pouco as importações necessárias à expansão da indústria. Afinal, reconhece-se abertamente na Secretaria de Planejamento, que a economia caiu mais do que se esperava. Mantendo-se a política agressiva de exportações e o controle monetário, a assessoria de Delfim acredita que agora será possível conciliar crescimento econômico com a contenção do balanço e com o combate à inflação.